



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13958 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM PEDRA BRANCA/VARGEM ALTA/ESPÍRITO SANTO: UMA QUESTÃO DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO

Tânia de Souza Fernandes - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Erica Renata Vilela de Moraes - Ação Educativa

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM PEDRA BRANCA/VARGEM ALTA/ESPÍRITO SANTO: UMA QUESTÃO DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO

Resumo: Esta exposição trata das primeiras reflexões de pesquisa a respeito da escola Escola Municipal de Educação Básica Pedra Branca, no Município de Vargem Alta/ES. Problematisa-se o descompasso entre os direitos educacionais e territoriais quilombolas e as práticas didático-pedagógicas no chão das escolas, sabotando a materialização de direitos constitucionalmente afiançados. Os métodos utilizados são híbridos, inspirados na pesquisa-ação, agregando análise de legislação, pareceres e outros documentos, revisão de literatura, entrevistas e, numa próxima etapa, observação participante e realização de painéis na comunidade. Os resultados obtidos até o momento reforçam a necessidade de que se multipliquem pesquisas que forneçam subsídios para avaliações diagnósticas sobre o que realmente tem sido conquistado em termos da Educação Escolar Quilombola, entendendo este processo como não restrito a parâmetros técnicos, mas, como uma empreitada de enfrentamento ostensivo do racismo sofrido pelos sujeitos quilombolas.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Direitos Quilombolas; Enfrentamento do racismo; Pesquisas diagnósticas.

Introdução

No Espírito Santo, os territórios negros quilombolas podem ser identificados em várias partes do estado e suas formações se definem em função das particularidades socio-históricas de cada comunidade, responsáveis por variados processos de territorialização e construção identitária (ALMEIDA, 2008; O'DWYER, 2012). São 56 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares^[1] (FCP) sem que possuam a titulação do respectivo território. A comunidade quilombola de Pedra Branca inclui-se neste conjunto, tendo obtido a certificação em 2010.

O objetivo da pesquisa é analisar o descompasso entre garantias legais e realidade concreta da Educação Escolar Quilombola. Como metodologia, inspiramo-nos na pesquisa-ação, sem nos restringirmos a ela, e inicialmente nos colocando em diálogo com a literatura, com a documentação oficial e com agentes municipais envolvidos com a construção da Educação Escolar Quilombola nesta comunidade, desde janeiro/2023. Foram realizados dois primeiros contatos com a Secretária de Educação de Vargem Alta, onde se localiza a comunidade de Pedra Branca.

Além dos autores acima citados (ALMEIDA, 2008; O'DWYER, 2012), especialistas em histórico e conflitos nas comunidades de quilombos, apoiamo-nos em Sampaio (2019) que traz um histórico da comunidade de Pedra Branca, relatando que os quilombolas da região são originários de fazendas que cultivavam café, cana de açúcar e depois começou a exploração do mármore (a “pedra branca”). De acordo com Leite (2010), o processo de titulação dos territórios dos quilombos se arrastam até conquistarem a Portaria de Reconhecimento, seguindo-se do decreto de desapropriação, desintrusão e finalmente a titulação. No entanto, Leite (2010, p. 24) demonstra que todos estes procedimentos costumam sofrer obstáculos, os quais emanam de agências governamentais principalmente quando as áreas são de interesse para empreendimentos capitalistas, gerando situações conflituosas que ameaçam os direitos territoriais quilombolas.

Não são poucas as situações em que ocorrem invasões por agentes externos, e inúmeras formas irregulares e até criminosas de apropriação desses espaços. É o que tem ocorrido na comunidade de Pedra Branca, na medida em que a ausência de políticas públicas para a sustentação dos modos tradicionais de utilizar os recursos ambientais, pressionam os sujeitos quilombolas, que acabam se tornando trabalhadores explorados por agentes não quilombolas, e que não possuem a mesma relação com o território (ACSELRAD, 2014; O'DWYER, 2002).

No caso de Pedra Branca, até mesmo o “Minha casa, Minha vida”, impactou negativamente a comunidade, na medida em que a maior parte das casas beneficiou pessoas não quilombolas (SAMPAIO, 2019). Como disse O'Dwyer (2021, p. 37) “(...) coloca-se em questão não só a possível incomensurabilidade entre duas lógicas, capitalista e tradicional, mas a transgressão, em nome de uma razão de Estado, dos direitos ambientais, culturais e territoriais constitucionalmente garantidos”. Tal perspectiva é apoiada por outros autores (SCHMITT & TURATTI, 2022; PASCHOA & REGINENSI, 2018).

Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, se alinha à percepção sociopolítica dos autores acima citados, na medida em que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, onde as prescrições contidas desde o 1º artigo compreendem a história, os modos de vida, as formas de organização, a ocupação e usos do espaço, ou seja, características bem particulares do povo quilombola.

Como resultados parciais, constata-se que é gritante a defasagem entre as prescrições

impostas por meio da legislação e as realidades encontradas na maioria das comunidades quilombolas, o que foi denunciado pelo movimento negro e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), reivindicando que os parâmetros sejam observados com mais rigor. Daí surgiram as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas (BRASIL, CNE/CEB, resolução 08 de 2020^[2]). Os pesquisadores contribuíram, fornecendo informações sobre o estado da arte da educação escolar quilombola em diversos estados brasileiros (CORDEIRO, 2017; CUSTÓDIO, 2021).

Sampaio (2019), após analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola e a sua organização curricular, afirmou que embora a escola seja cadastrada nos sistemas de governo como escola quilombola, os afazeres didático-pedagógicos estavam muito distantes do que precisa ser feito. Foi elaborado um projeto para a reconstrução pedagógico-curricular da escola^[3], que a partir de 2022 passou a contar com uma concepção curricular adequada. Em entrevista com a atual Secretária de Educação do Município, no dia 14/04/2023, soube-se que toda a construção político-pedagógica acima relatada encontra-se descontinuada, em função da carência de professores e das mudanças administrativas no seio da Secretaria de Educação.

Como considerações finais, diríamos que as análises mostram uma realidade ainda bastante incerta em relação aos direitos territoriais e à Educação Escolar Quilombola em Pedra Branca. O que apoia a premissa inicial de que é necessário analisar concretamente a efetivação dos direitos educacionais dos sujeitos quilombolas (articulados com os demais direitos), reunindo subsídios para o repensar de propostas político-pedagógicas que tragam para a Educação Escolar Quilombola os debates que impactam cotidianamente as vidas de seus sujeitos. Não basta “adequar currículos”, não é uma questão técnica, trata-se de nos posicionarmos ostensivamente contra o racismo.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. A crítica do “ambiente” e o ambiente da crítica. *Revista antropolítica*, n.36, p.27-47, Niterói, 1. sem. 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: Editora da UFAM, 2008.

CORDEIRO, Mauro Soares. **Política Educacional e Conquista de Direitos: Escolas Públicas em Comunidades Quilombolas.** São Paulo, USP/Faculdade de Educação. Tese de doutorado, 2017.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Um olhar sobre propostas de Educação Escolar Quilombola no Brasil a partir de referenciais curriculares estaduais. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1722-1747, out./dez. 2021.

LEITE, Ilka B. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos quilombos. In: **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos.**

Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs). [et al] – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. Pp. 17-40.

O'DWYER, Eliane Cantarino *et al.* Agronegócios, desmatamentos e os Quilombos do Baixo Amazonas. Guarimã - *Revista de Antropologia & Política*, ISSN 2675-9802, Vol. 2, N 1, janeiro -julho de 2021.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais:** O caso das Terras de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E - Papers, 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino *et al.* **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PASCHOA, Janete Vilela da; REGINENSI, Catherine. PARTICULARIDADES QUE PERMEIAM AS SOCIABILIDADES CONSTRUÍDAS E VIVENCIADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA.. In: Anais VII CONINTER. Anais...Rio de Janeiro(RJ) UNIRIO, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/VIIConinter2018/103935-PARTICULARIDADES-QUE-PERMEIAM-AS-SOCIABILIDADES-CONSTRUIDAS-E-VIVENCIADAS-NACOMUNIDADE-QUILOMBOLA-DE-PEDRA-BRANCA>>. Acesso em: 17/03/2023 12:30

SAMPAIO, Michele de Oliveira. *Olhares sobre currículo e práticas pedagógicas na escola da comunidade quilombola Pedra Branca: o ensinar e o aprender história e cultura afro-brasileira e africana* Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_13532_OLHARES%20SOBRE%20CURR%20CDCULO%20> Acesso em: 31 de março de 2022.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambient. soc.*, Campinas nº 10, p. 129-136, jun. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 24 dez. 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/03/2023.

[1] <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-es-15062021.pdf>.

[2] Que foi reexaminado e convertido no Parecer CNE/CEB número 03/2021, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191141-pceb003-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10/03/2023.

[3] Projeto articulado com professores, Secretaria de Educação e lideranças da comunidade quilombola Pedra Branca, coordenado por Janete Vilela da Paschoa, e Michele de Oliveira Sampaio, (Prêmio Educar com equidade racial e de gênero, <https://www.ceert.org.br/pdf/dialogos/escola/3.pdf>. 2022.